

PREGÃO ELETRÔNICO

75/2026

CONTRATANTE

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GASES MEDICINAIS E NITROGÊNIO COMPRIMIDO, COM FORNECIMENTO EM M³ E CILINDROS EM COMODATO

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 135.310,40 (CENTO E TRINTA E CINCO MIL, TREZENTOS E DEZ REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

Da data de divulgação do edital no PNCP até as 09:00h do dia 13/11/2026 (Horário de Brasília - DF).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/11/2026 às 09:00h (horário de Brasília - DF), no endereço eletrônico <https://ammlicita.org.br/>.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM – PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS NOS 4 ITENS

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	4
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	7
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	9
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	11
7. DA FASE DE JULGAMENTO	14
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	17
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	19
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	20
11. DOS RECURSOS	21
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	21
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	24
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	25

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 75/2026**

(Processo Administrativo nº 137/2026)

Torna-se público que a Agência de cooperação intermunicipal em saúde pé da Serra - ACISPES, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado junto à Rua Ataliba de Barros, nº 05, São Mateus, Juiz de Fora – MG, CEP Nº 36.025-275, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de gases para uso assistencial e apoio aos procedimentos de saúde da ACISPES, compreendendo oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e nitrogênio comprimido, com fornecimento em m³ e cessão de cilindros em regime de comodato, quando necessária ao atendimento da demanda, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.2. Os fornecimentos serão realizados de forma parcelada, mediante solicitações mensais ou conforme a necessidade operacional da ACISPES, por meio de Ordem de Fornecimento – AF, vinculada ao respectivo contrato administrativo, sem pedido mínimo obrigatório, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contado da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento, no local e horários definidos no Termo de Referência.

1.3. As entregas serão centralizadas na sede da ACISPES, inclusive quanto aos quantitativos destinados às demais unidades, e deverão ser observadas as condições relativas à manutenção de cilindros reserva, troca dos recipientes vazios e demais requisitos previstos no Termo de Referência.

1.4. Todos os custos necessários ao fornecimento e à entrega dos produtos, inclusive frete, transporte, seguro, carga, descarga, cessão e manutenção dos cilindros em comodato, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas diretas ou indiretas, correrão por conta do fornecedor, vedada qualquer cobrança adicional à ACISPES.

1.5. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, aos fornecedores registrados, à formação do cadastro de reserva e às eventuais adesões são as constantes deste Edital e da minuta de Ata de Registro de Preços.

2.2. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogada uma vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21 e do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

2.3. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, a prorrogação alcançará exclusivamente o saldo remanescente dos quantitativos originalmente registrados, vedada a renovação, recomposição ou restabelecimento dos quantitativos consumidos durante o período anterior, observados o art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e as demais condições legais e regulamentares aplicáveis.

2.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme o art. 83 da Lei nº 14.133/21.

2.5. Os preços registrados permanecerão sem reajuste durante o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data-base do orçamento estimado, fixada em 30 de setembro de 2026. Após esse interregno, em caso de prorrogação da Ata ou de instrumento contratual dela decorrente, o reajustamento será realizado pelo IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a anualidade, sem prejuízo das hipóteses de alteração ou revisão dos preços registrados previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Federal nº 11.462/2023.

2.6. Será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, desde que devidamente justificada a vantagem da contratação, demonstrada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, obtida a prévia anuência da ACISPES, na condição de órgão gerenciador, e a aceitação do fornecedor registrado, sem prejuízo do atendimento prioritário das necessidades da ACISPES.

2.6.1. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por cada órgão ou entidade não participante não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do art. 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

2.6.2. O quantitativo decorrente do conjunto das adesões à Ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que venham a aderir, nos termos do art. 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

2.7. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante contrato administrativo, em razão das obrigações futuras relacionadas ao comodato, manutenção, substituição e retirada dos cilindros, não sendo admitida, para esta contratação, a substituição do instrumento contratual por nota de empenho, autorização de fornecimento ou outro instrumento simplificado, observado o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que demonstrarem aptidão para o fornecimento do objeto e atenderem às exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, mediante o envio da proposta e a prática dos atos da sessão pelo sistema AMM Licita (<https://ammlicita.org.br/>).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não atualização dos dados cadastrais poderá acarretar a inabilitação do licitante, caso a irregularidade impeça a comprovação de requisito exigido e não seja sanada após a realização das diligências juridicamente cabíveis.

3.5. Para os itens 1, 2, 3 e 4, cujos valores estimados individualmente não ultrapassam R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

3.6. Não haverá item de participação ampla nesta licitação, uma vez que os 4 (quatro) itens possuem valor estimado individual inferior ao limite previsto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, observadas as hipóteses legais de exceção previstas no art. 49 da mesma Lei, caso devidamente caracterizadas e motivadas no processo.

3.7. Não será estabelecida cota reservada, pois todos os itens já possuem participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, não se aplicando, nesta contratação, a sistemática de reserva de cota prevista no art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

3.7.1. *A obtenção dos benefícios previstos neste capítulo fica limitada às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da*

licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, observado o art. 4º, §§ 1º a 3º, da Lei nº 14.133/2021.

3.8. Será concedido tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor rural pessoa física e ao microempreendedor individual - MEI, nos limites da Lei Complementar nº 123/2006 e da legislação aplicável.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.9.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o

exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.2 e 3.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.13. O disposto nos itens 3.9.2 e 3.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.15. A vedação de que trata o item 3.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.15.1. A verificação das vedações será realizada em relação ao licitante provisoriamente vencedor e aos integrantes do cadastro de reserva, podendo a Administração promover diligências para esclarecer fatos ou confirmar informações relevantes à participação no certame.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, a saber, 09:00h do dia 13 de novembro de 2026.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo no cadastramento da proposta, observadas as seguintes regras:

4.9.1. o intervalo mínimo entre os lances incidirá tanto sobre os lances intermediários quanto sobre aquele que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

4.11. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. *VALOR UNITÁRIO DO ITEM*

5.1.2. Marca ou denominação comercial do gás, quando aplicável;

5.1.3. *Fabricante, produtor ou envasador, conforme aplicável;*

5.1.4. Referência comercial ou identificação técnica do produto, quando aplicável;

5.1.5. Número do registro, cadastro, notificação ou outra forma de regularização perante a ANVISA, quando exigível, ou indicação fundamentada da hipótese de dispensa ou inaplicabilidade.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. A proposta deverá contemplar a integralidade do quantitativo máximo estimado do item para fins de formação do preço e julgamento, sem que isso implique obrigação de aquisição integral pela Administração, que contratará conforme sua necessidade e disponibilidade de saldo na Ata de Registro de Preços.

5.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos necessários ao fornecimento e à entrega dos gases, inclusive frete, transporte, seguro, carga, descarga, cessão, retirada, substituição e manutenção dos cilindros em comodato, tributos e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas diretas ou indiretas, não sendo admitida cobrança adicional à ACISPES.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do regime tributário informado na proposta, serão efetuadas no pagamento as retenções tributárias previstas na legislação vigente.

5.7. A apresentação da proposta implica a obrigação de fornecer os gases e disponibilizar os cilindros em comodato nos exatos termos do Edital, do Termo de Referência e da proposta aceita, inclusive quanto à identificação do produto, fabricante ou produtor, regularidade sanitária, pureza, qualidade, acondicionamento, prazos de entrega, retirada dos cilindros vazios, manutenção dos recipientes e substituição de produtos ou cilindros recusados.

5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7.2. Os preços propostos deverão respeitar os valores unitários máximos estabelecidos no Termo de Referência.

5.7.3. Os valores unitários deverão ser apresentados com até duas casas decimais. Havendo necessidade de ajuste decorrente da multiplicação pelo quantitativo, prevalecerá o valor unitário ofertado, observados os limites máximos definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo entre os lances, aplicável tanto aos lances intermediários quanto ao lance que cobrir a melhor oferta, será de 1% (um por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro,

auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação aos itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, encerrada a etapa de lances, será verificado no sistema o porte da entidade empresarial. As microempresas e empresas de pequeno porte participantes serão identificadas para aplicação do direito de preferência previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos

subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Haverá empate quando as propostas iniciais forem iguais e não houver envio de lances após o início da fase competitiva, hipótese em que serão aplicados os critérios legais de desempate.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.19.3. Persistindo o empate após a aplicação de todos os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, será realizado sorteio em ato público, para o qual todos os licitantes empatados serão convocados, vedado qualquer outro processo, nos termos do art. 28, §2º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.20. Encerrada a etapa de lances, caso a proposta do primeiro colocado permaneça acima do preço máximo definido para o item, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, observada a ordem de classificação.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso a consulta aos cadastros revele ocorrência impeditiva direta ou indícios de impedimento indireto, o pregoeiro realizará diligência para verificar a situação concreta, a vigência, o alcance subjetivo e os efeitos da sanção antes de decidir sobre a participação do licitante.

7.3.1. A diligência poderá considerar vínculos societários, identidade ou similaridade relevante das linhas de fornecimento, atuação de representantes comuns e outros elementos objetivos aptos a indicar tentativa de burla, devendo a conclusão ser motivada nos autos.

7.3.2. Antes de eventual decisão que impeça a participação, o licitante será notificado pelo sistema eletrônico para se manifestar e apresentar os esclarecimentos e documentos pertinentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.3.3. Constatada a existência de sanção impeditiva vigente, o licitante será impedido de participar do certame, por ausência de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de tratamento favorecido destinado às microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício, de acordo com este Edital, a Lei Complementar nº 123/2006 e o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com os valores máximos estipulados neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

7.6. Para a análise da conformidade técnica, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo estabelecido pelo pregoeiro no sistema, a proposta ajustada, com identificação do fabricante, produtor ou envasador, marca ou denominação comercial e referência técnica do produto, quando aplicáveis.

7.6.1. A proposta ajustada deverá ser acompanhada de ficha técnica, certificado de análise, certificado de conformidade, laudo, catálogo ou outro documento técnico idôneo, conforme aplicável, contendo informações suficientes para demonstrar o atendimento integral às especificações do respectivo item, especialmente tipo de gás, pureza exigida, forma de fornecimento e capacidade dos cilindros.

7.6.2. Para os produtos e atividades sujeitos à vigilância sanitária, deverá ser apresentado comprovante de registro, cadastro, notificação ou outra forma de regularização válida perante a ANVISA, quando exigível, ou documento oficial que demonstre a dispensa ou inaplicabilidade, permitindo verificar a regularidade do produto e da atividade exercida.

7.6.3. A documentação técnica deverá demonstrar, conforme o item, o atendimento à pureza mínima exigida, a compatibilidade da capacidade do cilindro, as condições de acondicionamento e identificação, bem como os demais requisitos técnicos constantes do Termo de Referência, sem indicação de marca específica.

7.7. Será desclassificada a proposta que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preço inexequível ou permanecer acima do preço máximo definido para o item;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Não será exigida apresentação de amostra física dos gases. A conformidade da proposta será aferida por meio da documentação técnica e regulatória prevista neste Edital e no Termo de Referência, sem prejuízo das diligências cabíveis.

7.10.1. *O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá apresentar os documentos técnicos necessários à comprovação da pureza, qualidade, procedência, regularidade sanitária e demais características exigidas para os itens ofertados, inclusive certificados, registros, laudos, fichas técnicas ou documentos equivalentes, quando aplicáveis.*

7.11. A documentação técnica será encaminhada exclusivamente pelo sistema eletrônico, no prazo fixado pelo pregoeiro, juntamente com a proposta ajustada ou quando expressamente solicitada durante a análise da conformidade.

7.12. A Administração poderá promover diligência para confirmar a autenticidade, a vigência, a abrangência e a correspondência dos documentos apresentados com o produto ofertado, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, vedada a utilização da diligência para criação de condição inexistente na data pertinente.

7.13. A análise técnica verificará, conforme o respectivo item, a natureza do gás, a pureza, a capacidade do cilindro, a forma de acondicionamento, a regularidade sanitária e os demais requisitos constantes do Termo de Referência.

7.14. O resultado da análise será formalizado e motivado nos autos. Não comprovado o atendimento às especificações, após as diligências juridicamente cabíveis, a proposta será recusada e será convocado o licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

7.15. O prazo para envio de documentação técnica complementar poderá ser prorrogado pelo pregoeiro, mediante solicitação fundamentada apresentada antes do término do

prazo originalmente concedido, desde que a prorrogação não comprometa a isonomia e a regularidade do certame.

7.16. Não serão aceitos documentos técnicos genéricos ou incompatíveis com o produto efetivamente ofertado quando não permitirem verificar, de forma objetiva, o atendimento às especificações exigidas.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira do licitante, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.1. A documentação de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira deverá ser inserida no sistema AMM Licita em formato PDF, nos termos e no momento definidos neste Edital.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. É permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observadas as condições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e deste Edital.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos de habilitação serão apresentados em formato digital legível, admitida a verificação de autenticidade em sítios eletrônicos oficiais. A apresentação do original não digital somente será exigida quando houver dúvida fundada quanto à integridade do documento ou quando a lei expressamente o determinar.

8.6. Os documentos de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o cadastro esteja válido, tenha sido constituído em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e contemple os requisitos exigidos neste Edital, sem prejuízo da apresentação dos documentos não abrangidos pelo registro.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio dos documentos e das informações inseridos no sistema AMM Licita (<https://ammlicita.org.br/>), os quais deverão estar em formato PDF, legíveis, válidos e aptos à conferência.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais, relativos aos documentos lançados no sistema “AMM Licita”, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação do licitante, após a realização das diligências juridicamente cabíveis.

8.12. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

8.13. A verificação dos documentos de habilitação no sistema AMM Licita será realizada somente em relação ao licitante provisoriamente vencedor, ressalvadas as hipóteses relativas à formação do cadastro de reserva.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos nem sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, nos termos do art. 64, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao Edital e aos seus anexos.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, assegurado o prazo legal para regularização, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://ammlicita.org.br/>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar documento solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar documentação técnica ou regulatória exigida para comprovação da conformidade do produto, quando regularmente convocado;

12.1.2.5. apresentar proposta ou documentação técnica em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar documento técnico, certificado, laudo ou declaração falsificada ou adulterada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente na hipótese de inexecução parcial da obrigação, quando não se justificar penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

12.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.4.2. as peculiaridades do caso concreto
- 12.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5. A multa será aplicada no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento), incidente sobre o valor estimado do item afetado ou da contratação, conforme a extensão da conduta e os critérios do art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021, e deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contado da comunicação oficial.

12.5.1. Para as infrações previstas nos incisos I, II e III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor estimado do item afetado ou da contratação.

12.5.2. Para as infrações previstas nos incisos IV a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor estimado do item afetado ou da contratação.

12.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar poderá ser aplicada em decorrência das infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que aplicar a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o art. 156, §4º, da mesma Lei.

12.9. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderá ser aplicada pelas infrações previstas nos incisos VIII a XII do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações dos incisos II a VII do mesmo artigo que justifiquem penalidade mais grave, e produzirá os efeitos previstos no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o responsável às penalidades legalmente cabíveis, após o devido processo administrativo, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará os fatos e as circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, nos termos do art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *através do sistema “AMM Licita” (<https://ammlicita.org.br/>) no campo próprio para tanto.*

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro nos autos do processo licitatório.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre este Edital e seus anexos, a Administração promoverá interpretação que preserve a coerência do conjunto, a vinculação ao instrumento convocatório, a competitividade e a finalidade da contratação. Para a descrição técnica, os quantitativos, os locais e os prazos de entrega, prevalecerão as disposições específicas do Termo de Referência, sem prejuízo do dever de saneamento formal de eventual incompatibilidade antes da prática do ato subsequente.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço no sistema “AMM Licita” (<https://ammlicita.org.br/>).

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Geisiane Rocha Barbosa
Agente de Contratação
Fase Externa



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B217-49BA-8EBE-C596

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GEISIANE ROCHA BARBOSA (CPF 119.XXX.XXX-83) em 26/10/2026 15:54:29 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://acispes.1doc.com.br/verificacao/B217-49BA-8EBE-C596>

Proc. Licitatório 22- 137/2026

De: Wagner A. - LIC-FI

Para: LIC-FI - Licitação Fase Interna

Data: 23/10/2026 às 07:29:55

Setores envolvidos:

PRES, ASSJ-PRES, DEP-LIC, DEP-CON, DEP-FAR, LIC-FI

Aquisição de Gases Medicinais para Atendimento às Necessidades da ACISPES

Prezado(a),

Encaminho anexo o Termo de Referência confeccionado por este setor com base nas informações apresentadas anteriormente neste processo, seja o constante no PCA ou a solicitação simples, o apresentado no DFD e o elaborado no ETP.

O Departamento de Licitações é responsável pelos dados jurídicos presentes neste documento, sendo os dados atinentes às demandas do setor e a forma de fornecimento de responsabilidade exclusiva do demandante, razão a qual solicito que verifique o conteúdo e, em discordando de algo, aporte a este setor por simples manifestação nos autos.

Não havendo ponto a discordar, solicito que tão somente assine o TR.

—
Wagner Guardiano Abreu
Agente de contratação

Anexos:

03_TR_MINUTA.pdf

Processo nº 137/2026

Ref: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de gases para uso assistencial e apoio aos procedimentos de saúde da ACISPES, compreendendo oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e nitrogênio comprimido, com fornecimento em m³ e cessão de cilindros em regime de comodato, quando necessária ao atendimento da demanda.

TERMO DE REFERÊNCIA

AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA

(Processo Administrativo nº137/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de gases para uso assistencial e apoio aos procedimentos de saúde da ACISPES, compreendendo oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e nitrogênio comprimido, com fornecimento em m³ e cessão de cilindros em regime de comodato, quando necessária ao atendimento da demanda.

Nº	Descrição	UND	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ar Comprimido Medicinal, cilindro 6 m³ a 10 m³.	m³	800	R\$ 62,47	R\$ 49.976,00
2	Nitrogênio Comprimido. Estado: gás. Pureza mínima: 99,9%. Fornecimento em cilindro 9,0 m³ a 10,0 m³. Aquisição em m³.	m³	1.500	R\$ 36,05	R\$ 54.075,00
3	Oxigênio Medicinal CIL T 10 M - carga para cilindro de 10 m³, com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	m³	1.500	R\$ 17,39	R\$ 26.085,00
4	Oxigênio Medicinal CIL T 1 M - carga para cilindro de 1 m³, com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	m³	30	R\$ 172,48	R\$ 5.174,40

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como bens comuns, por possuírem padrões de desempenho, qualidade, pureza e acondicionamento objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, art. 28, inciso I, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto não se enquadra como bem de luxo, por se tratar de materiais de consumo indispensáveis à continuidade das atividades assistenciais e de apoio técnico da ACISPES, cujas especificações correspondem aos padrões estritamente necessários à segurança, à qualidade e à finalidade pretendida.

1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço registrado permanece vantajoso para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023. O Decreto nº 11.462/2023

prevê expressamente esse termo inicial de vigência da Ata a partir do primeiro dia útil subsequente à divulgação no PNCP.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contado da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. A eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços observará o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, condicionada ao interesse da Administração, à demonstração da vantajosidade dos preços registrados e às demais condições legais aplicáveis, incidindo exclusivamente sobre o saldo remanescente, conforme disposto no item 1.6.

1.6. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, a prorrogação alcançará exclusivamente o saldo remanescente dos quantitativos originalmente registrados, vedada a renovação ou recomposição dos quantitativos consumidos durante o período anterior, em conformidade com a orientação jurídica constante do processo e com a Consulta TCEMG nº 1.128.010.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação encontra-se relacionada ao item nº 115 do Plano Anual de Contratações 06/2026, em consonância com o planejamento institucional, nos termos do art. 12, inciso VII, e do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e nitrogênio comprimido, com fornecimento sob demanda em m³, cessão gratuita dos cilindros necessários em regime de comodato, entrega dos cilindros abastecidos, retirada dos cilindros vazios e realização das manutenções preventivas e corretivas dos recipientes cedidos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar requisitos técnicos objetivos, necessários e suficientes para assegurar a qualidade, a segurança e a adequação dos gases às atividades assistenciais e de apoio técnico da ACISPES, sem imposição de características que restrinjam indevidamente a competição, conforme o art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. O objeto abrangerá 4 (quatro) itens: ar comprimido medicinal; nitrogênio comprimido, com pureza mínima de 99,9%; oxigênio medicinal para cilindro com capacidade de 10 m³; e oxigênio medicinal para cilindro com capacidade de 1 m³, conforme especificações e quantitativos constantes da tabela do item 1.1.

- 4.3. Os gases deverão atender integralmente às especificações técnicas exigidas e aos padrões de qualidade estabelecidos em compêndios oficiais reconhecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, bem como às demais normas aplicáveis ao acondicionamento, identificação, armazenamento, transporte e fornecimento em cilindros apropriados.
- 4.4. O oxigênio medicinal destinado ao cilindro com capacidade de 10 m³ deverá ser fornecido em m³, com disponibilização do respectivo cilindro em regime de comodato, conforme a necessidade da CONTRATANTE.
- 4.5. O oxigênio medicinal destinado ao cilindro com capacidade de 1 m³ deverá ser fornecido em m³, com disponibilização do respectivo cilindro em regime de comodato, conforme a necessidade da CONTRATANTE.
- 4.6. O ar comprimido medicinal deverá ser fornecido em cilindros com capacidade de 6 m³ a 10 m³, observadas as especificações técnicas e de qualidade aplicáveis ao uso medicinal.
- 4.7. O nitrogênio comprimido deverá ser fornecido em estado gasoso, com pureza mínima de 99,9%, em cilindros com capacidade de 9,0 m³ a 10,0 m³, com aquisição medida em m³.
- 4.8. Os cilindros fornecidos deverão estar em perfeito estado de conservação, devidamente identificados e lacrados, possuir capacete de proteção móvel ou fixo, quando aplicável, e estar dentro dos prazos de inspeção, teste e manutenção exigíveis.
- 4.9. O fornecimento dos produtos se dará por meio da cessão gratuita de cilindros de armazenamento por parte da CONTRATADA, conforme a necessidade da CONTRATANTE, não havendo transferência de propriedade dos recipientes à ACISPES.
- 4.10. A prestação do fornecimento continuado deverá contemplar a entrega dos cilindros abastecidos, a retirada dos cilindros vazios e a realização das manutenções preventivas e corretivas dos cilindros cedidos em comodato, sem ônus adicional para a ACISPES.
- 4.11. A CONTRATADA deverá garantir o transporte adequado e seguro dos produtos e recipientes, adotando todas as medidas necessárias para preservar a integridade dos gases, dos cilindros e dos profissionais envolvidos, em conformidade com as normas aplicáveis.
- 4.12. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução, a regularidade técnica e sanitária exigível para a atividade, bem como disponibilizar documentação que comprove a procedência, a conformidade e a qualidade dos gases fornecidos, inclusive certificados, registros, laudos ou documentos equivalentes, quando aplicáveis.
- 4.13. Os produtos ou cilindros que estiverem em desacordo com as especificações, apresentarem avarias, ausência de lacre, condições inadequadas de conservação ou qualquer desconformidade serão recusados pela ACISPES, devendo a CONTRATADA promover sua substituição imediata, sem ônus para a Administração.

4.14. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante solicitações mensais ou conforme a necessidade operacional da ACISPES, por meio de Ordem de Fornecimento - AF ou instrumento equivalente, sem pedido mínimo obrigatório, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contado da emissão da respectiva solicitação.

4.14.1. *Todos os custos necessários ao fornecimento e à entrega dos produtos, inclusive frete, transporte, seguro, carga, descarga, cessão e manutenção dos cilindros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais despesas diretas ou indiretas, deverão estar incluídos nos preços ofertados e serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não sendo admitida qualquer cobrança adicional à ACISPES.*

4.15. Os produtos ou recipientes rejeitados por desconformidade deverão ser retirados e substituídos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para a Administração, com a urgência necessária à preservação da continuidade do abastecimento e da assistência em saúde.

Sustentabilidade:

4.16. A contratação observará critérios de sustentabilidade relacionados ao fornecimento sob demanda, à redução de deslocamentos desnecessários, à prevenção de vazamentos, à reutilização dos cilindros em regime de comodato e à adequada manutenção, recolhimento e reinserção dos recipientes no ciclo de uso.

Subcontratação

4.17. Não será admitida a subcontratação da obrigação principal de fornecimento dos gases. A utilização de transportador ou operador logístico regularmente habilitado, quando admitida pela legislação aplicável, não afastará a responsabilidade integral da CONTRATADA pela execução, segurança, regularidade e pontualidade do fornecimento.

Garantia da contratação

4.18. Não será exigida garantia contratual prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza comum do objeto e o fornecimento parcelado sob demanda. Permanecem integralmente exigíveis as responsabilidades da contratada pela qualidade, segurança, conformidade dos gases e condições dos cilindros, bem como pela substituição dos produtos ou recipientes recusados.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, mediante solicitações mensais ou conforme a necessidade operacional da ACISPES, por meio de Ordem de Fornecimento - AF ou instrumento equivalente, sem condicionamento a pedido mínimo, considerando a adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

5.2. O prazo máximo para entrega será de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contado da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento - AF. Eventual impossibilidade excepcional deverá ser comunicada e devidamente justificada pela CONTRATADA, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis e da necessidade de continuidade do abastecimento.

5.3. A entrega deverá ocorrer na sede da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, situada na Rua Ataliba de Barros, nº 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora/MG, CEP 36.025-275, no setor de Almoxarifado, de segunda a quinta-feira, das 7h30 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, e às sextas-feiras, das 7h30 às 12h00 e das 13h00 às 15h00. Para esclarecimentos relacionados à entrega, o telefone de contato é (32) 3313-4055

5.4. Todas as entregas serão centralizadas na sede da ACISPES, no endereço indicado no item 5.3, inclusive aquelas correspondentes aos quantitativos destinados ao atendimento das demais unidades da Agência. Caberá à CONTRATANTE realizar posteriormente a distribuição interna aos respectivos locais de utilização, não sendo exigida da CONTRATADA entrega em endereço diverso da sede.

5.5. A CONTRATADA deverá entregar os cilindros abastecidos, retirar os recipientes vazios e assegurar que todos os cilindros cedidos em comodato estejam em perfeito estado de conservação, devidamente identificados e lacrados, com dispositivos de proteção aplicáveis e condições regulares de inspeção, teste e manutenção.

5.6. Para prevenir ruptura de abastecimento, a CONTRATADA deverá assegurar, para cada tipo de gás e capacidade de cilindro efetivamente em uso na sede da ACISPES, a disponibilidade mínima de 01 (um) cilindro reserva abastecido, além do cilindro em utilização. A troca do cilindro vazio pelo cilindro abastecido deverá ocorrer no mesmo ato, preservando continuamente a reserva operacional. O quantitativo de recipientes em comodato será ajustado à demanda efetiva, mantido esse mínimo de segurança.

5.7. A CONTRATADA deverá manter atualizados seus canais de comunicação junto à ACISPES, incluindo e-mail corporativo e contato telefônico, mantendo-se em diligente disposição para o recebimento das Ordens de Fornecimento e respondendo às solicitações da CONTRATANTE no prazo máximo de 01 (um) dia útil a partir do contato.

5.8. O descumprimento injustificado do prazo de entrega, a entrega em local ou horário diverso do estabelecido, a ausência de resposta aos contatos, ou o fornecimento de gases ou cilindros em desconformidade poderá ensejar recusa do recebimento, devolução dos recipientes e aplicação das medidas previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

5.9. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante contrato administrativo, tendo em vista a existência de obrigações futuras relacionadas ao comodato, à manutenção, à retirada e à substituição dos cilindros, não se aplicando, neste caso, a substituição do instrumento contratual por nota de empenho ou simples autorização de fornecimento, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.10. A CONTRATADA responderá pela qualidade e conformidade dos gases fornecidos e pela conservação, inspeção, manutenção preventiva e corretiva e segurança dos cilindros de sua propriedade cedidos em comodato, devendo substituir os recipientes que apresentem defeitos, avarias, irregularidades ou condições inadequadas de utilização.

5.11. A substituição de gases ou cilindros recusados deverá ocorrer sem ônus para a Administração, inclusive quanto a transporte, retirada e nova entrega, de forma imediata e com prioridade suficiente para não comprometer a continuidade do abastecimento e da assistência em saúde.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal técnico e administrativo do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. *O fiscal técnico e administrativo do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#)):*

6.7.2. *Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.*

6.7.3. *O fiscal técnico e administrativo do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.*

6.7.4. *No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico e administrativo do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.*

6.7.5. *O fiscal técnico e administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.*

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal técnico e administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. *Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal técnico e administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.*

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, que no caso de aplicação das penalidades constantes dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei 14.133

deverá ser conduzida pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os gases e cilindros serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, na proposta e na respectiva Ordem de Fornecimento.

7.2. Os produtos e recipientes poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando estiverem em desacordo com as especificações, com a pureza exigida, sem identificação ou lacre, em condições inadequadas de conservação ou em quantidade divergente, devendo ser substituídos imediatamente, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento provisório, após a verificação do tipo de gás, pureza e especificação contratada, quantidade fornecida, identificação e lacre, condição física dos cilindros, dispositivos de proteção e documentação técnica ou sanitária aplicável, mediante termo detalhado ou aceite formal do responsável designado, nos termos do art. 140, II, “b”, e §3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. O recebimento definitivo ficará condicionado à correspondência integral entre o objeto entregue, a Ordem de Fornecimento, a proposta adjudicada e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.5. O prazo previsto para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, uma única vez e por igual período, mediante justificativa formal, quando houver necessidade de diligências ou análise documental indispensável à aferição do atendimento das exigências da contratação.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. *o prazo de validade;*
- 7.10.2. *a data da emissão;*
- 7.10.3. *os dados do contrato e do órgão contratante;*
- 7.10.4. *o período respectivo de execução do contrato;*
- 7.10.5. *o valor a pagar; e*
- 7.10.6. *eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.*

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- 7.13.1. *No caso do fornecedor não possuir registro no SICAF, deverá juntamente com o encaminhamento da nota fiscal, encaminhar a seguinte documentação: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;*

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, ou mediante a documentação fornecida, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo,

apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou diretamente ao órgão competente, caso não possua registro no SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. *Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.*

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, mediante SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**.

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda *Federal, Estadual e Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Federal, Estadual e Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação ou de sociedade simples;

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1. *Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);*

8.22.2. *A comprovação dos índices econômicos deverá ser acompanhada de declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando os índices apurados a partir das demonstrações contábeis apresentadas, sem prejuízo da conferência pela Administração.*

8.22.3. *As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.*

8.22.4. *Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;*

8.22.5. *Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.*

8.22.6. *A documentação de qualificação econômico-financeira será exigida de forma proporcional ao objeto e ao risco da contratação, observadas as disposições do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e as hipóteses legais de simplificação aplicáveis às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, vedada dispensa genérica sem fundamento legal específico.*

8.23. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral ou Liquidez Corrente, poderá ser exigido patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou da soma dos itens para os quais apresentar proposta, desde que a exigência esteja devidamente justificada no processo, nos termos do art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

Qualificação Técnica

8.24. O licitante deverá comprovar aptidão para o fornecimento e/ou distribuição de gases de natureza compatível com o objeto, mediante certidão ou atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.24.1. *Deverá ser comprovado o registro, autorização ou regularidade exigível para fabricação, distribuição, comercialização ou fornecimento dos gases medicinais, conforme a natureza da atividade desenvolvida e a legislação aplicável.*

8.24.2. *Deverá ser apresentada Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, quando exigível para a atividade desenvolvida, bem como Licença Sanitária ou documento equivalente expedido pela autoridade sanitária competente, quando aplicável.*

8.24.3. *O licitante deverá comprovar regularidade perante os órgãos competentes, quando exigida pela legislação específica, e demonstrar que os gases ofertados atendem às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores e pela legislação vigente.*

8.24.4. *Deverá ser apresentada documentação que comprove a procedência e a conformidade dos produtos ofertados, incluindo, quando aplicável, certificados, registros, laudos, fichas técnicas ou documentos equivalentes aptos a demonstrar o atendimento às especificações.*

8.24.5. *Os atestados de capacidade técnica deverão ser compatíveis com o objeto licitado e poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, sem exigências quantitativas desproporcionais ou condições que restrinjam indevidamente a competitividade, observado o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.*

8.24.6. *Quando algum documento regulatório ou sanitário não for legalmente exigível para determinada atividade, será admitida a apresentação de documento oficial que demonstre a respectiva dispensa ou inaplicabilidade.*

8.24.7. *A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade dos atestados, a validade das autorizações e licenças, a regularidade sanitária e a correspondência entre a documentação apresentada e os produtos ofertados, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.*

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 135.310,40 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e dez reais e quarenta centavos), conforme os valores máximos estimados descritos na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência e no Mapa de Cotação de Preço Unificado do SIPLAN, Cotação nº 0135/2026.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

3.3.90.30.00.1.02.01.10.302.0002.2.0002
3.3.90.30.00.1.02.02.10.302.0002.2.0006
3.3.90.30.00.1.02.03.10.302.0002.2.0010
3.3.90.30.00.1.02.04.10.302.0002.2.0011

Wagner Guardiano Abreu
Agente de Contratação
Fase interna de licitação

Maria Laura Castro Vasconcelos
Farmacêutica – Setor Requisitante



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0A34-EB5E-3E95-C022

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WAGNER GUARDIANO ABREU (CPF 062.XXX.XXX-98) em 23/10/2026 07:44:07 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARIA LAURA CASTRO VASCONCELOS (CPF 115.XXX.XXX-39) em 23/10/2026 10:16:51 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://acispes.1doc.com.br/verificacao/0A34-EB5E-3E95-C022>

Proc. Licitatório 19- 137/2026

De: Wagner A. - LIC-FI

Para: LIC-FI - Licitação Fase Interna

Data: 22/10/2026 às 11:02:17

Setores envolvidos:

PRES, ASSJ-PRES, DEP-LIC, DEP-CON, DEP-FAR, LIC-FI

Aquisição de Gases Medicinais para Atendimento às Necessidades da ACISPES

Encaminho o ETP com as alterações sugeridas no parecer juridico que constam no **Despacho 18- 137/2026**

—
Wagner Guardiano Abreu
Agente de contratação

Anexos:
ETP_ANEXOS.pdf

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público, nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso I, da IN SEGES nº 58/2022.

A contratação decorre da necessidade de assegurar abastecimento regular e contínuo de oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e nitrogênio comprimido, insumos utilizados nas rotinas assistenciais e de apoio técnico da ACISPES. O oxigênio medicinal é indispensável ao suporte à vida, ao atendimento de intercorrências clínicas e à realização de procedimentos; o ar comprimido medicinal atende equipamentos, rotinas assistenciais e processos de apoio; e o nitrogênio comprimido é empregado especialmente em necessidades operacionais dos setores, inclusive na manutenção da pressão de trabalho de equipamentos utilizados em procedimentos especializados.

A ausência ou ruptura do fornecimento poderá comprometer a continuidade dos atendimentos, provocar suspensão ou atraso de procedimentos e aumentar riscos assistenciais. Por essa razão, a solução deverá permitir fornecimento parcelado, rápido e compatível com a demanda efetiva, com disponibilização dos cilindros necessários em regime de comodato.

Trata-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho, qualidade, pureza, acondicionamento e segurança podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, razão pela qual se mostra adequada a realização de Pregão Eletrônico, nos termos dos arts. 6º, XLI, 28, I, e 29 da Lei nº 14.133/2021, com critério de julgamento pelo menor preço por item, conforme art. 33, I, da mesma Lei.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: demonstração da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, sempre que elaborado, de modo a indicar seu alinhamento com o planejamento da Administração, nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso IX, da IN SEGES nº 58/2022.

Conforme informado no Documento de Formalização da Demanda, a presente contratação encontra-se relacionada ao item nº 115 do Plano Anual de Contratações 06/2026, encontrando-se alinhada ao planejamento institucional, em observância aos arts. 12, inciso VII, e 18, caput e §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo padrões mínimos de qualidade e desempenho, nos termos do art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso II, da IN SEGES nº 58/2022.

Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Federal, Estadual e Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

Os documentos exigidos no caput serão dispensados para Microempresa ou Microempreendedor individual, considerando a disposição do artigo 1.179 do Código Civil de 2002, bem como a definição do artigo 18-A, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo, neste caso, exigido no mínimo a apresentação de receita bruta por demonstração do registro de vendas ou de prestação de serviços na forma estabelecida pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), poderá ser exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de até 10% (dez por cento) do valor estimado do item ou do conjunto de itens para os quais apresentar proposta, mediante justificativa no processo.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

A qualificação técnica deverá contemplar, conforme a natureza da atividade e a aplicabilidade legal:

- comprovação de registro ou autorização para fabricação, distribuição, comercialização ou fornecimento dos gases medicinais, conforme a natureza da atividade e a legislação vigente;
- Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, quando exigível para a atividade desenvolvida;
- Licença Sanitária ou documento equivalente expedido pela autoridade sanitária competente, quando aplicável;
- comprovação de regularidade perante os órgãos competentes, quando exigida pela legislação específica;
- comprovação de que os gases ofertados atendem às especificações técnicas e aos padrões de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores e pela legislação vigente;
- documentação que comprove a procedência e a conformidade dos produtos, incluindo, quando aplicável, certificados, registros, laudos ou documentos equivalentes;
- comprovação de capacidade técnica para o fornecimento e distribuição dos gases, mediante atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) com o objeto licitado, admitida a apresentação em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

As exigências de habilitação técnica deverão guardar pertinência e proporcionalidade com o objeto, observando os arts. 62 e 67 da Lei nº 14.133/2021, sem criar restrições indevidas à competição.

Os cilindros cedidos em comodato deverão estar em perfeito estado de conservação, identificados, lacrados, com capacete de proteção móvel ou fixo quando aplicável, e dentro dos prazos de inspeção, teste e manutenção exigíveis. A contratada será responsável pela manutenção preventiva e corretiva dos recipientes de sua propriedade e pela substituição daqueles recusados pela Administração.

Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ao objeto, por meio de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, admitida a demonstração por item ou por grupo de materiais de natureza equivalente, sem exigências quantitativas desproporcionais.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor e deverão demonstrar experiência compatível com o fornecimento e/ou distribuição de gases de natureza compatível com o objeto da contratação.

O fornecedor disponibilizará as informações necessárias à verificação da legitimidade dos atestados e da regularidade sanitária dos produtos ofertados, inclusive cópia de contrato, notas fiscais, catálogos, registros ou outros documentos pertinentes, quando formalmente solicitado pela Administração.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, nos termos do art. 18, §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso V, da IN SEGES nº 58/2022.

Memória de cálculo dos quantitativos

Os quantitativos estimados foram definidos a partir da necessidade operacional informada pelo setor requisitante, do histórico de consumo e da distribuição prevista entre os setores/unidades atendidos pela ACISPES, considerando o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

A estimativa considera o consumo necessário para assegurar a continuidade dos serviços assistenciais e operacionais, acrescido de margem compatível com oscilações de demanda e eventuais intercorrências, sem representar obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados, tendo em vista a utilização do Sistema de Registro de Preços e o fornecimento sob demanda.

A memória de cálculo detalhada, contendo a distribuição dos quantitativos por setor/unidade e os respectivos dados de consumo utilizados como referência, integra os autos e fundamenta os quantitativos consolidados neste Estudo Técnico Preliminar.

Nº	Descrição	UND	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ar Comprimido Medicinal, cilindro 6 m ³ a 10 m ³ .	m ³	800	R\$ 62,47	R\$ 49.976,00
2	Nitrogênio Comprimido. Estado: gás. Pureza mínima: 99,9%. Fornecimento em cilindro 9,0 m ³ a 10,0 m ³ . Aquisição em m ³ .	m ³	1.500	R\$ 36,05	R\$ 54.075,00
3	Oxigênio Medicinal CIL T 10 M - carga para cilindro de 10 m ³ , com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	m ³	1.500	R\$ 17,39	R\$ 26.085,00
4	Oxigênio Medicinal CIL T 1 M - carga para cilindro de 1 m ³ , com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	m ³	30	R\$ 172,48	R\$ 5.174,40

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: levantamento de mercado com análise das alternativas possíveis e justificativa técnica e econômica da solução escolhida, nos termos do art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso III, da IN SEGES nº 58/2022.

Foram consideradas, em síntese, três alternativas: aquisição integral antecipada dos volumes estimados; contratação comum com fornecimentos parcelados; e Sistema de Registro de Preços com fornecimentos sob demanda e cilindros em comodato. A aquisição integral foi afastada por não refletir a oscilação de consumo, aumentar a necessidade de armazenamento e gerar desembolso antecipado. A contratação

comum parcelada, embora possível, oferece menor flexibilidade para absorver variações de consumo ao longo do período.

A solução que melhor atende à necessidade é o Pregão Eletrônico por Sistema de Registro de Preços, com adjudicação por item e fornecimento parcelado. Essa solução permite solicitar apenas os volumes efetivamente necessários, manter os cilindros sob responsabilidade patrimonial da fornecedora, reduzir riscos de desabastecimento e ampliar a competição entre empresas aptas a fornecer gases específicos.

Nos termos do art. 44 da Lei nº 14.133/2021, também foi considerada a alternativa de aquisição de cilindros próprios. Essa solução exigiria imobilização de recursos, controle patrimonial, inspeções periódicas, testes, manutenção, logística de recolhimento e substituição e gestão permanente dos recipientes pela ACISPES. O comodato, por sua vez, transfere ao fornecedor a responsabilidade patrimonial e de manutenção dos cilindros, reduz custos de propriedade e preserva flexibilidade para adequar a quantidade de recipientes à demanda efetiva. Por essas razões, o comodato mostra-se técnica e economicamente mais adequado.

Registra-se, ainda, que eventual demanda de nitrogênio líquido refrigerado indicada pela área técnica não integra o objeto deste processo e deverá ser objeto de contratação própria, com especificações, pesquisa de preços e planejamento independentes.

O levantamento preliminar também identificou contratações públicas recentes de gases medicinais em Minas Gerais e outros entes públicos com utilização de comodato e fornecimento em m³, demonstrando a existência de mercado fornecedor e a viabilidade da solução. A consolidação dos preços deverá ser feita em pesquisa específica, com análise crítica de comparabilidade quanto à capacidade dos cilindros, pureza, comodato, local de entrega, frequência de abastecimento e prazo de 48 horas.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, nos termos do art. 18, §1º, inciso VI, e do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, bem como da IN SEGES/ME nº 65/2021.

Com base no Mapa de Cotação de Preço Unificado do SIPLAN, Cotação nº 0135/2026, a estimativa atualizada da contratação corresponde a R\$ 135.310,40 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e dez reais e quarenta centavos).

A composição atual é: ar comprimido R\$ 49.976,00; nitrogênio R\$ 54.075,00; oxigênio 10 m³ R\$ 26.085,00; oxigênio 1 m³ R\$ 5.174,40.

A estimativa encontra-se acompanhada da respectiva memória de cálculo e dos documentos que fundamentam a pesquisa de preços, observados o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e os parâmetros adotados no processo. O Mapa de Cotação SIPLAN nº 0135/2026 constitui a referência consolidada para definição dos preços estimados da contratação.

7 – DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária e a disponibilidade financeira serão indicadas pelo setor competente no momento processual adequado, antes da emissão dos instrumentos de contratação e dos empenhos correspondentes. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a existência da Ata, por si só, não gera obrigação de contratação integral dos quantitativos registrados.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, nos termos do art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso IV, da IN SEGES nº 58/2022.

Os materiais serão solicitados mensalmente ou conforme a necessidade operacional da ACISPES, mediante emissão da respectiva Ordem de Fornecimento – AF, devendo a entrega ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas corridas, contadas da emissão da solicitação.

A aquisição dos itens será realizada de forma parcelada, ao longo da vigência da contratação, conforme a demanda efetiva da Administração, não estando condicionada a quantitativo mínimo por pedido. A utilização do Sistema de Registro de Preços permitirá que os quantitativos sejam solicitados de acordo com a necessidade operacional, sem obrigação de aquisição integral das quantidades registradas, nos termos dos arts. 82 e 83 da Lei nº 14.133/2021.

O fornecimento dos gases ocorrerá mediante cessão gratuita, pela CONTRATADA, dos cilindros de armazenamento necessários à execução do objeto, em regime de comodato, conforme a necessidade da CONTRATANTE. A execução deverá contemplar a entrega dos cilindros devidamente abastecidos, a retirada dos cilindros vazios e a realização, pela CONTRATADA, das manutenções preventivas e corretivas, inspeções e demais providências necessárias à conservação e à segurança dos recipientes cedidos.

A quantidade de cilindros disponibilizados em comodato deverá ser suficiente para assegurar o atendimento da demanda operacional da ACISPES e evitar interrupção do

abastecimento, observando-se o dimensionamento definido no Termo de Referência. Deverá ser mantido, quando previsto no Termo de Referência para o respectivo local de atendimento, ao menos 1 (um) cilindro reserva abastecido por tipo de gás e capacidade, de modo que a retirada do cilindro vazio e a disponibilização do respectivo cilindro abastecido ocorram sem prejuízo à continuidade dos serviços.

Os gases fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas estabelecidas para cada item, bem como aos padrões de qualidade previstos nos compêndios oficiais reconhecidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e às demais normas sanitárias e técnicas aplicáveis à fabricação, distribuição, transporte, acondicionamento e fornecimento dos produtos.

Os cilindros deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, devidamente identificados e lacrados, possuir capacete de proteção móvel ou fixo, quando aplicável, e encontrar-se dentro dos prazos regulamentares de inspeção, teste e manutenção. O recebimento de cilindro ou produto em desacordo com as especificações técnicas, sanitárias ou de segurança ensejará sua recusa e imediata substituição pela CONTRATADA, sem ônus para a Administração e sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

Os materiais objeto da contratação serão entregues na sede da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, localizada na Rua Ataliba de Barros, nº 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora/MG, CEP 36.025-275, no setor de Almoxarifado, de segunda a quinta-feira, das 7h30 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, e às sextas-feiras, das 7h30 às 12h00 e das 13h00 às 15h00. Para esclarecimentos relacionados à entrega, o telefone de contato é (32) 3313-4055.

Para fins desta contratação, fica estabelecido que todas as entregas serão centralizadas na sede da ACISPES, no endereço acima indicado, inclusive os quantitativos destinados ao atendimento das demais unidades da Agência. Caberá à Administração realizar posteriormente a distribuição interna dos produtos às unidades destinatárias, não sendo exigido da CONTRATADA transporte ou entrega em endereço diverso da sede.

Compete à CONTRATADA realizar o transporte dos gases e cilindros de forma adequada e segura, observando as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, adotando todas as medidas necessárias à preservação da integridade dos produtos, dos recipientes, dos profissionais envolvidos e de terceiros.

Na hipótese de descumprimento injustificado do prazo de entrega, fornecimento de produto em desconformidade, insuficiência de cilindros, interrupção do abastecimento ou qualquer outro inadimplemento capaz de comprometer a continuidade dos serviços assistenciais da ACISPES, poderão ser adotadas as medidas administrativas e aplicadas as sanções previstas no edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato e nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório e a ampla defesa.

A CONTRATADA deverá manter permanentemente atualizados seus canais de comunicação junto à ACISPES, incluindo endereço eletrônico corporativo e telefone, mantendo-se em condições de receber as Ordens de Fornecimento e demais comunicações oficiais. A desatualização dos canais informados ou a ausência injustificada de resposta não afastará a responsabilidade pelo cumprimento dos prazos estabelecidos.

A CONTRATADA deverá, ainda, responder às solicitações da CONTRATANTE no prazo máximo de 01 (um) dia útil contado do respectivo contato, sem prejuízo do prazo específico de 48 (quarenta e oito) horas corridas estabelecido para a entrega dos produtos.

A eventual prorrogação da Ata de Registro de Preços observará o art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação aplicável, condicionada à demonstração da vantajosidade dos preços registrados. A prorrogação incidirá exclusivamente sobre o saldo quantitativo remanescente da Ata, não implicando renovação, recomposição ou restabelecimento dos quantitativos originalmente registrados.

9 – JUSTIFICATIVA DO CRITÉRIO DE FORNECIMENTO

Fundamentação: definição da forma de fornecimento, execução e parcelamento da solução, considerando o art. 18, §1º, incisos VII e VIII, o art. 40, inciso III, e o art. 82 da Lei nº 14.133/2021, bem como o Decreto Federal nº 11.462/2023.

Os materiais serão solicitados mensalmente ou conforme a necessidade operacional da ACISPES, mediante Ordem de Fornecimento – AF ou instrumento equivalente, sem pedido mínimo obrigatório. A entrega deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contado da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade operacional da ACISPES, mediante emissão de Ordem de Fornecimento – AF ou instrumento equivalente, observadas integralmente as condições de execução, entrega, comodato, transporte, manutenção dos cilindros, prazos e demais obrigações estabelecidas no item 8 deste Estudo Técnico Preliminar.

A adoção do fornecimento parcelado mostra-se adequada em razão da natureza contínua e variável da demanda, permitindo que a Administração solicite apenas os quantitativos efetivamente necessários durante a vigência da contratação, sem obrigação de aquisição integral dos quantitativos registrados, em consonância com os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e com a sistemática do Sistema de Registro de Preços.

Os produtos serão fornecidos mediante cessão gratuita dos cilindros necessários pela CONTRATADA, em regime de comodato. A CONTRATADA deverá entregar cilindros

abastecidos, retirar os vazios e realizar as manutenções preventivas e corretivas dos recipientes cedidos. Não haverá condicionamento a quantidade mínima por pedido.

Os gases deverão atender às especificações técnicas e aos padrões de qualidade reconhecidos pela ANVISA e demais normas aplicáveis. Os cilindros deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, devidamente lacrados e protegidos. Produto ou recipiente em desconformidade será recusado, devendo ser substituído sem ônus para a ACISPES.

A CONTRATADA deverá garantir transporte seguro, manter canais de comunicação atualizados e responder às solicitações da CONTRATANTE no prazo máximo de 01 (um) dia útil. O descumprimento do prazo de entrega ou das demais obrigações poderá ensejar as medidas previstas no edital, na Ata e no contrato, especialmente quando houver risco de desabastecimento ou prejuízo à assistência.

10 – JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO DOS ITENS DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Fundamentação: justificativa para o parcelamento ou não da solução, nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso VII, da IN SEGES nº 58/2022.

Recomenda-se o parcelamento da contratação em 4 (quatro) itens, com julgamento pelo menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I, e do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021. Os gases possuem especificações técnicas e mercados fornecedores próprios, sendo tecnicamente viável a contratação independente de cada item.

A adjudicação por item amplia a competitividade, possibilita a participação de fornecedores especializados e evita que a eventual incapacidade de determinada empresa para fornecer um dos gases impeça sua participação nos demais itens, em consonância com a Súmula TCU nº 247.

Quanto à adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, considera-se pertinente sua previsão em razão da padronização do objeto, da possibilidade de atendimento de demandas assistenciais de natureza semelhante e do potencial ganho de eficiência administrativa, desde que a adesão não comprometa o atendimento prioritário das necessidades da ACISPES nem prejudique a execução das obrigações assumidas pelo fornecedor registrado.

A adesão ficará condicionada à apresentação de justificativa da vantagem da contratação pelo órgão ou entidade interessado, à demonstração da compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, à prévia consulta e aceitação do órgão gerenciador e do fornecedor beneficiário da Ata e ao atendimento dos demais requisitos previstos no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável.

As aquisições ou contratações adicionais decorrentes de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. O quantitativo decorrente do conjunto das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que venham a aderir, conforme art. 86, §§4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

11 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, nos termos do art. 18, §1º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso X, da IN SEGES nº 58/2022.

Pretende-se assegurar continuidade do abastecimento, reduzir riscos de suspensão de procedimentos, manter disponibilidade de gases em quantidade compatível com a demanda real, evitar imobilização desnecessária de recursos na aquisição de cilindros e obter preços compatíveis com o mercado. Espera-se ainda melhorar a previsibilidade de abastecimento, a segurança operacional, a rastreabilidade dos produtos e a capacidade de resposta às necessidades assistenciais.

12 – DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO, DA GARANTIA E DOS MEIOS DE MITIGAÇÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS

O Mapa de Riscos integra os autos e contempla, entre outros, os riscos de especificações inadequadas ou restritivas, pesquisa de preços insuficiente, irregularidade sanitária, desconformidade dos gases, cilindros em condições inadequadas, transporte inseguro, atraso ou interrupção do fornecimento, insuficiência de cilindros em comodato, falhas de comunicação e controle inadequado do saldo da Ata.

As medidas de tratamento incluem validação das especificações pela área técnica, pesquisa de preços devidamente instruída, com análise crítica das referências utilizadas e respectivas justificativas, qualificação técnica e sanitária, conferência dos gases e cilindros no recebimento, manutenção de cilindro reserva abastecido por tipo e capacidade em uso, troca do cilindro vazio pelo abastecido no mesmo ato, controle dos saldos e aplicação das medidas administrativas previstas nos instrumentos da contratação.

13 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nos termos do art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso XI, da IN SEGES nº 58/2022.

- confirmar a compatibilidade da demanda com o PCA vigente;
- definir os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização dos instrumentos decorrentes da Ata, observando o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- validar os requisitos sanitários e de qualificação técnica aplicáveis a cada item;
- prever no Edital e na Ata as condições para eventual prorrogação da vigência da Ata, restrita ao saldo remanescente e condicionada à demonstração de vantajosidade, sem renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

14 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: identificação de contratações correlatas e/ou interdependentes, nos termos do art. 18, §1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso VIII, da IN SEGES nº 58/2022.

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à implementação da solução. A contratação utilizará a infraestrutura assistencial já existente na ACISPES. Eventuais contratos de manutenção de equipamentos que utilizem gases não alteram a autonomia da presente aquisição.

Registra-se que eventual demanda por nitrogênio líquido refrigerado não integra o objeto desta contratação, que abrange exclusivamente o nitrogênio comprimido em estado gasoso. Caso confirmada a necessidade administrativa daquele produto, sua aquisição será objeto de planejamento e processo específico, com definição própria de especificações, quantitativos, pesquisa de preços e condições de fornecimento.

15 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, nos termos do art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso XII, da IN SEGES nº 58/2022.

Os principais impactos ambientais estão relacionados ao transporte, ao consumo energético associado à produção dos gases e à gestão dos recipientes pressurizados. O regime de comodato favorece a reutilização dos cilindros e transfere à fornecedora a responsabilidade pela manutenção, inspeção, recolhimento e reinserção dos recipientes em ciclo de uso.

Deverão ser observadas boas práticas de logística, prevenção de vazamentos, acondicionamento e transporte seguro. Sempre que tecnicamente possível, as

solicitações deverão ser planejadas para reduzir deslocamentos desnecessários, sem comprometer a segurança do estoque assistencial.

16 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, nos termos do art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, e do art. 9º, inciso XIII, da IN SEGES nº 58/2022.

Sob o aspecto econômico e operacional, o Pregão Eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços e julgamento pelo menor preço por item, preserva a competitividade, reduz custos de estoque e de imobilização em cilindros próprios e proporciona maior flexibilidade ao abastecimento.

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar, da pesquisa de preços, do Mapa de Riscos e das condições técnicas e operacionais definidas para a contratação, conclui-se que a solução é técnica e economicamente VIÁVEL e adequada ao atendimento da necessidade da ACISPES.

Wagner Guardiano Abreu
Agente de Contratação
Fase interna de licitação

Maria Laura Castro Vasconcelos
Farmacêutica – Setor Requisitante

Relatório de Pesquisa de Preços

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	1500	Média	R\$ 17,39	R\$ 26.085,00
OXIGÊNIO MEDICINAL CIL T 10 M - Carga para cilindro de oxigênio medicinal (capacidade de 10m³) - com fornecimento de cilindro em regime de comodato.				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
	M3	Prefeitura Municipal de Capetinga	000031/2025	13/10/2025

Preços

CNPJ:	35.820.448/0137-00	Valor:
Fornecedor:	WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 17,39
Marca:		
CNPJ:	23.643.895/0001-88	Valor:
Fornecedor:	SUPERARMED EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	R\$ 17,39
Marca:		
CNPJ:	37.291.959/0001-33	Valor:
Fornecedor:	SOLDATEC GASES MEDICINAIS E INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 17,39
Marca:		

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	30	Média	R\$ 172,48	R\$ 5.174,30
OXIGÊNIO MEDICINAL CIL T 1M - Carga para cilindro de oxigênio medicinal (capacidade de 1m³) - com fornecimento de cilindro em regime de comodato.				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
licitardigital	M3	Prefeitura Municipal de Campo Azul	23/2025	28/11/2025

Preços

CNPJ:	20.555.389/0004-91	Valor:
Fornecedor:	CORSINO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	R\$ 171,30
Marca:		

Fonte	Medida	Ente Público	Editais	Data Licitação
licitardigital	M³	Prefeitura Municipal de Araçuaí	000018/2026	27/08/2026

Preços

CNPJ:	14.436.085/0001-60	Valor:
Fornecedor:	-	R\$ 175,00
Marca:	OXIMIL	

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	METRO CÚBICO	Prefeitura Municipal de Nova Era	25/2026	08/09/2026

Preços

CNPJ:	03.631.491/0001-67	Valor:
Fornecedor:	OXIGE GASES LTDA	R\$ 171,13
Marca:	-	

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	800	Média	R\$ 62,47	R\$ 49.976,00
AR COMPRIMIDO MEDICINAL, CILINDRO 6M A 10M.				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	metro cubico	Prefeitura Municipal de Várzea da Palma	0047/2025	21/01/2026

Preços

CNPJ:	27.140.901/0001-35	Valor:
Fornecedor:	OXISOLDAS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 68,00
Marca:	arliquide	

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
pncp	M3	CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE ITABUNA E ILHEUS - CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE ITABUNA E ILHEUS	5	08/05/2026

Preços

CNPJ:	03.935.631/0001-90	Valor:
Fornecedor:	-	R\$ 57,79
Marca:	Material	

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	METRO CUBICO	Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Pará - PREFEITURA DE SÃO GONÇALO DO PARÁ	022/2026	14/09/2026

Preços

CNPJ:	20.402.630/0001-08	Valor:
Fornecedor:	-	R\$ 61,62
Marca:		

Preços	Quantidade	Cálculo	Preço Estimado (unit.)	Valor Total
3	1500	Média	R\$ 36,05	R\$ 54.075,00
NITROGÊNIO COMPRIMIDO. Estado: gás. Pureza mínima: 99,9%. Fornecimento em cilindro 9,0M a 10,0M. Aquisição em M³.				

Referências:

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	M3	Agência de Cooperação em Saúde Pé da Serra - ACISPES	102/2025	19/11/2025

Preços

CNPJ:	08.027.158/0001-67	Valor:
Fornecedor:	WERNECK GOMES COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	R\$ 35,92
Marca:	MESSER	

CNPJ:	22.533.778/0001-07	Valor:
Fornecedor:	COSTA SANTOS COMERCIO DE PRODUTOS-EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 40,00
Marca:	GASWIDE	

Fonte	Medida	Ente Público	Edital	Data Licitação
	M³	Agência de Cooperação em Saúde Pé da Serra - ACISPES	11/2026	12/05/2026

Preços

CNPJ:	03.368.371/0001-19	Valor:
Fornecedor:	DANILO APARECIDO BORELLA	R\$ 32,23
Marca:	Própria	



Menor Preço



Não Cotado

Mapa de Cotação de Preço Unificado

Informações Gerais da Cotação

Cotação: 0135/2026

Data: 30/09/2026

Validade: 22/12/2026

Tipo Processo: RP - Registro de Preço

Responsável pela Pesquisa: MARIA LAURA CASTRO VASCONCELOS

Justificativa: Aquisição parcelada de gases para uso assistencial e apoio aos procedimentos de saúde da ACISPES, compreendendo oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e nitrogênio comprimido, com fornecimento em m³ e cessão de cilindros em regime de comodato, quando necessária ao atendimento da demanda.

Justificativa menos de três cotações: feito pela amm

Valor de Referência: Preço médio e Val. Unitário em: 2 casas decimais

					Valor Ref.: Preço médio	
Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	979600110	Ar Comprimido Medicinal, Cilindro 6M a 10M	M3	800	62,47	49.976,00
002	2281191	Nitrogênio Comprimido. Estado: Gás. Pureza Mínima: 99,9%, Fornecimento em Cilindro 9,0M a 10,0M. Aquisição em M3	M3	1500	36,05	54.075,00
003	1345	OXIGÊNIO MEDICINAL CIL T 10 M - carga para cilindro de oxigênio medicinal (capacidade de 10m³) - com fornecimento de cilindro em regime de comodato	M3C	1500	17,39	26.085,00
004	1346	OXIGÊNIO MEDICINAL CIL T 1M - Carga para cilindro de oxigênio medicinal (capacidade de 1m³) - com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	M3C	30	172,48	5.174,40
					Total ==>	135.310,40

Fornecedores

ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM - CNPJ: 20.513.859/0001-01

Nº Item	Cód.	Descrição	UND	Quantidade	Val. Unitário	Val. Total
001	979600110	Ar Comprimido Medicinal, Cilindro 6M a 10M	M3	800	62,47	49.976,00
002	2281191	Nitrogênio Comprimido. Estado: Gás. Pureza Mínima: 99,9%, Fornecimento em Cilindro 9,0M a 10,0M. Aquisição em M3	M3	1500	36,05	54.075,00
003	1345	OXIGÊNIO MEDICINAL CIL T 10 M - carga para cilindro de oxigênio medicinal (capacidade de 10m³) - com fornecimento de cilindro em regime de comodato	M3C	1500	17,39	26.085,00
004	1346	OXIGÊNIO MEDICINAL CIL T 1M - Carga para cilindro de oxigênio medicinal (capacidade de 1m³) - com fornecimento de cilindro em regime de comodato.	M3C	30	172,48	5.174,40
					Total ==>	135.310,40

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO, DA GARANTIA E DOS MEIOS DE MITIGAÇÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS

Setor requisitante	Farmácia - ACISPES
Responsável pela demanda	Maria Laura Castro Vasconcelos - Farmacêutica
Agente de contratação	Wagner Guardiano Abreu
Objeto	Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de gases para uso assistencial e apoio aos procedimentos de saúde da ACISPES, compreendendo oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e nitrogênio comprimido, com fornecimento em m³, cilindros em comodato quando necessários, solicitações conforme demanda e julgamento pelo menor preço por item.
Fundamentação de referência	Lei nº 14.133/2021, arts. 5º e 11; art. 18, caput, inciso X e §1º; art. 23; art. 40, incisos I, II, III e V, alínea "b"; arts. 62 e 67; arts. 82 a 86; arts. 117 e 140; arts. 155 e 156; IN SEGES nº 58/2022; IN SEGES/ME nº 65/2021; Decreto Federal nº 11.462/2023; Súmula TCU nº 247.

1. Finalidade do mapa de riscos

O presente mapa identifica os riscos relevantes da fase preparatória, da seleção do fornecedor, da formação e gestão da Ata de Registro de Preços e da execução do fornecimento de gases, bem como as medidas preventivas, mitigadoras, garantias e controles necessários para reduzir impactos negativos ao interesse público. A análise subsidia o Termo de Referência e os demais instrumentos da contratação, em conformidade com o art. 18, caput e inciso X, Lei nº 14.133/2021 e com os elementos de planejamento previstos na IN SEGES nº 58/2022.

2. Matriz de riscos, medidas mitigadoras, garantias e controles

Classificação utilizada: Probabilidade e Impacto em níveis baixo, médio e alto, conforme a possibilidade de ocorrência e a relevância do efeito sobre a contratação.

Risco identificado	Probabilidade	Impacto	Consequências	Medidas preventivas/mitigadoras	Garantias e controles
Especificações técnicas inadequadas, excessivas ou potencialmente restritivas, especialmente quanto à pureza, capacidade dos cilindros, comodato e requisitos sanitários.	Média	Alto	Restrição indevida da competição, impugnações, licitação deserta ou fracassada, atraso do processo e risco de contratação de solução inadequada.	A Farmácia deverá validar cada requisito e justificar tecnicamente características indispensáveis. O agente de contratação deverá revisar as especificações antes da publicação do edital, evitando indicação de marca e exigências sem pertinência com o objeto.	Manifestação técnica juntada aos autos; revisão do ETP e do Termo de Referência; controle de legalidade das cláusulas; registro das respostas a pedidos de esclarecimento e impugnações, nos termos dos arts. 5º, 9º e 18 da Lei nº 14.133/2021.
Redução da competitividade ou ausência de propostas válidas para um ou mais gases.	Média	Alto	Itens desertos ou fracassados, atraso no abastecimento e necessidade de repetição do procedimento.	Adotar julgamento pelo menor preço por item, revisar exigências e prazos, divulgar adequadamente o certame e admitir fornecedores distintos por item. Avaliar sinais de limitação de mercado antes da abertura das propostas.	Pesquisa de mercado; motivação do parcelamento; registro das comunicações e impugnações; eventual repetição somente após análise das causas, conforme art. 40, V, "b", da Lei nº 14.133/2021 e Súmula TCU nº 247.
Pesquisa de preços insuficiente, desatualizada ou baseada em objetos não comparáveis.	Média	Alto	Valor estimado distorcido, risco de sobrepreço, inexistência, fracasso do certame ou contratação antieconômica.	Utilizar cota de preços compatível com capacidade dos cilindros, pureza, comodato, fornecimento em m³, logística, prazo de entrega e local de execução; realizar análise crítica dos valores encontrados.	Memória de cálculo; documentos das fontes pesquisadas; justificativa de exclusões; consolidação da pesquisa conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e IN SEGES/ME nº 65/2021.
Fornecedor sem qualificação técnica ou regularidade sanitária adequada à atividade.	Baixa	Alto	Risco de fornecimento irregular, insegurança sanitária, interrupção do abastecimento e responsabilização da Administração.	Exigir, conforme aplicabilidade, autorização para fabricar, distribuir, comercializar ou fornecer gases, AFE, licença sanitária, regularidade perante órgãos competentes, documentação de procedência/conformidade e atestados de capacidade técnica compatíveis.	Conferência documental na habilitação; diligências quando cabíveis; verificação de autenticidade e validade; aplicação dos arts. 62 e 67 da Lei nº 14.133/2021.
Fornecimento de gás em desacordo com pureza, especificação, procedência ou padrões de qualidade exigidos.	Baixa	Alto	Risco assistencial, mau funcionamento de equipamentos, suspensão de procedimentos e necessidade de substituição emergencial.	Exigir documentação técnica, certificados, registros, laudos ou documentos equivalentes quando aplicáveis; conferir identificação do produto e compatibilidade com o item contratado em cada entrega.	Recebimento provisório e definitivo; registro da ocorrência; recusa do produto desconforme; substituição sem ônus; fiscalização conforme arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.
Cilindros em mau estado de conservação, sem lacre, proteção adequada ou inspeções/manutenções em dia.	Média	Alto	Risco de vazamento, acidente, dano patrimonial, interrupção do fornecimento e exposição de profissionais.	Exigir cilindros em perfeito estado, lacrados, identificados, com capacete de proteção quando aplicável e dentro dos prazos de inspeção e manutenção. A contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva dos recipientes cedidos em comodato.	Inspeção visual no recebimento; recusa imediata de cilindros não conformes; registro de ocorrências; substituição imediata; comprovação de inspeção/manutenção quando exigível.
Transporte inadequado de gases e cilindros pressurizados.	Baixa	Alto	Acidentes, danos aos recipientes, risco à integridade de profissionais, atraso na entrega e perda de produto.	Exigir transporte seguro e compatível com a natureza dos gases, com acondicionamento e movimentação adequados e atendimento às normas aplicáveis.	Fiscalização das condições de entrega; registro de não conformidades; recusa de entrega insegura; responsabilização e aplicação das medidas previstas no edital, na Ata de Registro de Preços e nos instrumentos dela decorrentes.
Atraso na entrega ou interrupção do fornecimento durante a vigência da Ata.	Média	Alto	Desabastecimento, suspensão ou atraso de procedimentos, risco à assistência e necessidade de medidas emergenciais.	Planejar pedidos com antecedência, acompanhar consumo e saldo da Ata, exigir prazo máximo de 48 horas corridas após a Ordem de Fornecimento e monitorar a capacidade da contratada.	Ordens de Fornecimento formais; controle de prazos e saldos; notificações; registro de ocorrências; aplicação das sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.
Quantidade insuficiente de cilindros disponibilizados em comodato ou demora na troca dos recipientes vazios.	Média	Alto	Impossibilidade de utilização do gás contratado, redução da capacidade operacional e risco de desabastecimento mesmo com saldo disponível.	Dimensionar previamente a quantidade de cilindros necessária à operação e exigir disponibilidade compatível com a demanda. Deverá ser mantido, conforme definido no Termo de Referência, ao menos 1 (um) cilindro reserva abastecido por tipo de gás e capacidade em utilização, de modo a assegurar continuidade do abastecimento durante a substituição dos recipientes. A retirada do cilindro vazio deverá ocorrer, sempre que operacionalmente aplicável, no mesmo ato da disponibilização do respectivo cilindro abastecido.	Controle dos cilindros cedidos em comodato; registro de entrada, saída e substituição dos recipientes; conferência da existência do cilindro reserva; fiscalização da troca do vazio pelo abastecido; notificação imediata em caso de insuficiência e aplicação das medidas previstas nos instrumentos da contratação.
Falha de comunicação entre ACISPES e contratada no envio/recebimento das Ordens de Fornecimento.	Média	Médio	Atraso na entrega, divergência sobre prazos e risco de desabastecimento.	Manter e-mail corporativo e telefone atualizados; exigir confirmação de recebimento das ordens e resposta às solicitações em até 1 dia útil.	Registro dos e-mails e contatos; confirmação de recebimento; atualização formal dos canais; notificações em caso de ausência de resposta.
Dimensionamento inadequado dos quantitativos registrados ou falha no controle do saldo da Ata.	Média	Médio	Saldo insuficiente antes do fim da vigência ou quantitativos excessivos sem utilização, prejudicando o planejamento.	Acompanhar consumo histórico e efetivo, emitir pedidos conforme necessidade e revisar periodicamente a projeção de utilização dos itens.	Relatórios de consumo; controle mensal do saldo por item; requisições individualizadas; registros de acompanhamento da Ata.



Risco identificado	Probabilidade	Impacto	Consequências	Medidas preventivas/mitigadoras	Garantias e controles
Prorrogação da Ata de Registro de Preços em desacordo com os requisitos legais ou utilização, no período prorrogado, de quantitativos superiores ao saldo remanescente.	Baixa	Alto	Irregularidade da prorrogação, utilização indevida de quantitativos, questionamentos dos órgãos de controle, risco de nulidade dos atos praticados e comprometimento da continuidade do fornecimento.	Condicionar eventual prorrogação da Ata à demonstração da vantajosidade dos preços registrados e à adequada motivação administrativa, restringindo as contratações do período prorrogado exclusivamente ao saldo quantitativo remanescente, sem renovação, recomposição ou restabelecimento dos quantitativos originalmente registrados.	Controle atualizado do saldo de cada item; pesquisa de mercado para demonstração da vantajosidade; despacho motivado da autoridade competente; observância do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e das condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços.
Adesão à Ata de Registro de Preços sem demonstração de vantagem, acima dos limites legais ou capaz de comprometer o atendimento prioritário da ACISPES.	Baixa	Médio	Comprometimento do saldo e da capacidade de fornecimento, prejuízo ao atendimento da ACISPES e irregularidade na gestão da Ata.	Analisar previamente cada pedido de adesão, exigir demonstração de vantagem, verificar a capacidade de atendimento do fornecedor e preservar o atendimento prioritário das necessidades da ACISPES.	Controle individualizado das adesões; anuência prévia do órgão gerenciador e do fornecedor; observância dos limites do art. 86, §§4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021; acompanhamento do impacto das adesões sobre a execução da Ata.

3. Garantia, recebimento e controles mínimos

A contratada responderá pela qualidade, segurança, procedência, conformidade regulatória e correta identificação dos gases fornecidos, bem como pela conservação, inspeção e manutenção dos cilindros de sua propriedade cedidos em comodato. Produtos ou recipientes rejeitados por desconformidade deverão ser substituídos sem ônus para a Administração, sem prejuízo das sanções e demais providências cabíveis.

O recebimento deverá abranger a conferência do tipo de gás, pureza e especificação contratada, identificação e lacre, condição física do cilindro, dispositivos de proteção, documentação técnica ou sanitária aplicável, quantidade fornecida e correspondência com a Ordem de Fornecedor. O recebimento provisório e definitivo observará o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, sob acompanhamento de fiscal ou responsável designado, conforme o art. 117 da mesma Lei.

Os fornecimentos serão realizados na sede da ACISPES, Rua Ataliba de Barros, nº 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora/MG, CEP 36.025-275, no setor de Almoxarifado, de segunda a quinta-feira, das 7h30 às 12h00 e das 13h00 às 16h00, e às sextas-feiras, das 7h30 às 12h00 e das 13h00 às 15h00. O prazo máximo de entrega será de 48 (quarenta e oito) horas corridas a partir da emissão da respectiva Ordem de Fornecedor, sem pedido mínimo obrigatório.

Todas as entregas serão centralizadas na sede da ACISPES acima indicada, inclusive aquelas correspondentes aos quantitativos destinados ao atendimento das demais unidades da Agência, cabendo à Administração promover posteriormente a distribuição interna aos respectivos locais de utilização. A CONTRATADA não estará obrigada a realizar entrega em endereço diverso da sede, salvo alteração formal dos instrumentos da contratação. Deverá, ainda, ser observada a manutenção de cilindros em reserva abastecido por tipo de gás e capacidade, conforme o dimensionamento estabelecido no Termo de Referência.

4. Conclusão

Os riscos identificados são controláveis mediante validação das especificações pela área técnica, pesquisa de preços comparável, parcelamento e julgamento por item, qualificação técnica e sanitária proporcional, fiscalização do estado e da conformidade dos cilindros e gases, planejamento das solicitações, acompanhamento do saldo da Ata, controle das adesões e atuação tempestiva diante de atrasos ou não conformidades. As medidas preventivas, mitigadoras, garantias e controles indicados são adequados para reduzir os impactos negativos da contratação e preservar a continuidade das atividades assistenciais da ACISPES.





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7609-6803-33F0-B4CB

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WAGNER GUARDIANO ABREU (CPF 062.XXX.XXX-98) em 22/10/2026 11:03:13 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARIA LAURA CASTRO VASCONCELOS (CPF 115.XXX.XXX-39) em 22/10/2026 13:49:43 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://acispes.1doc.com.br/verificacao/7609-6803-33F0-B4CB>

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2026
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº137/2026

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI A ACISPES E A EMPRESA
*****.

Pelo Presente Instrumento, de um lado a Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra - ACISPES, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.203.485/0001-83, com sede junto à Rua Ataliba de Barros, nº 05, São Mateus, Juiz de Fora – MG CEP nº 36025-275, representada pela Secretária Executiva, a Sra. Samantha Maria Borchear, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 137/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/21, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do procedimento de pregão nº 75/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas. [Lei nº 14.133/21](#)

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição parcelada de gases para uso assistencial e apoio aos procedimentos de saúde da ACISPES, compreendendo oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e nitrogênio comprimido, com fornecimento em m³ e cessão gratuita de cilindros em regime de comodato, quando necessária ao atendimento da demanda, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e neste Contrato.
- 1.2. Objeto da contratação:

Nº	Descrição	UND	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Ar Comprimido Medicinal, cilindro 6 m ³ a 10 m ³ .	m ³	800	R\$ 62,47	R\$ 49.976,00
2	Nitrogênio Comprimido. Estado: Gás. Pureza Mínima: 99,9%, Fornecimento em Cilindro 9,0M a 10,0M. Aquisição em M3	m ³	1500	R\$ 36,05	R\$ 54.075,00
3	Oxigênio medicinal CIL T 10 M - carga para cilindro de oxigênio medicinal (capacidade de 10m ³) - com fornecimento de cilindro em regime de comodato	m ³	1500	R\$ 17,39	R\$ 26.085,00
4	Oxigênio medicinal CIL T 1M - Carga para cilindro de oxigênio medicinal (capacidade de 1m ³) - com fornecimento de cilindro em regime de comodato	m ³	30	R\$ 172,48	R\$ 5.174,40

1.3. O valor global estimado da licitação é de R\$ 135.310,40 (cento e trinta e cinco mil, trezentos e dez reais e quarenta centavos), correspondente aos quantitativos máximos registrados. A celebração deste Contrato não abrangerá automaticamente a totalidade dos quantitativos registrados. O instrumento será formalizado somente quando houver demanda efetiva da ACISPES e ficará limitado aos itens e quantitativos expressamente requisitados, observados os preços unitários registrados e o saldo disponível da Ata de Registro de Preços.

1.4. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: o Edital e seus anexos; o Termo de Referência; a Ata de Registro de Preços correspondente; a proposta da CONTRATADA; as ordens de fornecimento e notas de empenho emitidas; e os demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 137/2026.

1.5. Em caso de divergência, prevalecerão, quanto às especificações técnicas, aos quantitativos, aos prazos e às condições de execução, as disposições do Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das regras do Edital e da legislação vigente.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021. A vigência deste contrato é autônoma em relação à vigência da Ata de Registro de Preços da qual decorre.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS **([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O modelo de execução e de gestão contratual, os prazos e as condições de solicitação, entrega, recebimento, cessão e manutenção dos cilindros em comodato, retirada dos cilindros vazios e demais obrigações relacionadas ao fornecimento constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, devendo ser integralmente observados pela CONTRATADA

3.2. Todas as entregas serão centralizadas na sede da ACISPES, situada na Rua Ataliba de Barros, nº 05, Bairro São Mateus, Juiz de Fora/MG, CEP 36.025-275, inclusive aquelas correspondentes aos quantitativos destinados ao atendimento das demais unidades da Agência, cabendo à CONTRATANTE promover a distribuição interna aos respectivos locais de utilização.

3.3. O prazo máximo para entrega será de 48 (quarenta e oito) horas corridas, contado da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento - AF, sem pedido mínimo obrigatório.

3.4. Para prevenir ruptura do abastecimento, a CONTRATADA deverá assegurar, para cada tipo de gás e capacidade de cilindro efetivamente em uso, a disponibilidade mínima de 01 (um) cilindro reserva abastecido, além do cilindro em utilização. A troca do cilindro vazio pelo abastecido deverá ocorrer no mesmo ato, preservando-se continuamente a reserva operacional, conforme o Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação da obrigação principal de fornecimento dos gases.

4.2. Não caracteriza subcontratação a utilização, pela CONTRATADA, de transportadora ou operador logístico regularmente habilitado, quando admitido pela legislação aplicável, permanecendo integralmente sob sua responsabilidade a execução, a segurança, a qualidade, a regularidade, os prazos e todos os riscos inerentes ao fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor deste Contrato corresponderá exclusivamente à demanda efetivamente formalizada pela ACISPES, calculada pela multiplicação dos quantitativos expressamente contratados pelos respectivos preços unitários registrados na Ata de Registro de Preços. A contratação não implicará aquisição automática da totalidade dos quantitativos adjudicados ou registrados.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, carga, descarga, cessão, retirada, substituição e manutenção dos cilindros em comodato e demais custos necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Os pagamentos devidos à CONTRATADA corresponderão apenas aos quantitativos efetivamente fornecidos e definitivamente recebidos pela Administração, observados os limites deste Contrato, da Ordem de Fornecimento e do saldo da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data-base do orçamento estimado, fixada em 30/09/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida,

liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de assessoramento jurídico da ACISPES para adoção das medidas cabíveis;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) *dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.11. Comunicar formalmente ao CONTRATADO a instauração de processo administrativo destinado à apuração de eventual descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE qualquer fato superveniente que possa comprometer o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas corridas para entrega, apresentando a devida justificativa, sem prejuízo das medidas administrativas cabíveis e da obrigação de adoção das providências necessárias à continuidade do abastecimento.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Retirar e substituir, às suas expensas e sem ônus para a Administração, os gases ou cilindros recusados por desconformidade, avaria, ausência de lacre, inadequação de conservação ou qualquer irregularidade, de forma imediata e com prioridade suficiente para não comprometer a continuidade do abastecimento e da assistência em saúde.

9.6. Manter os cilindros cedidos em comodato em perfeito estado de conservação, devidamente identificados e lacrados, com capacete de proteção móvel ou fixo, quando aplicável, e dentro dos prazos de inspeção, teste e manutenção exigíveis, responsabilizando-se pela manutenção preventiva e corretiva, pela retirada dos cilindros vazios e pela reposição dos recipientes necessários.

9.7. Manter, durante a execução, a quantidade de cilindros necessária ao atendimento da demanda e, para cada tipo de gás e capacidade de cilindro efetivamente em uso, ao menos 01 (um) cilindro reserva abastecido, além do cilindro em utilização, promovendo a troca do recipiente vazio pelo abastecido no mesmo ato, conforme estabelecido no Termo de Referência;

9.8. Ao término da contratação, ou quando solicitado pela CONTRATANTE em razão da cessação da necessidade, a CONTRATADA deverá retirar os cilindros cedidos em comodato, mediante conferência e formalização de termo de devolução, sem ônus adicional para a Administração, ressalvadas as responsabilidades decorrentes de danos devidamente apurados;

9.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos devidamente apurados, sem prejuízo das demais medidas cabíveis;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica e sanitária exigidas na contratação, incluindo autorizações, licenças e regularidades aplicáveis ao fornecimento e à distribuição dos gases.

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não será exigida garantia de execução contratual prevista nos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza do objeto, do fornecimento parcelado e do pagamento condicionado ao recebimento definitivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS **([art. 92, XIV](#))**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**

- 1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i. O atraso injustificado no fornecimento, especialmente quando houver risco de desabastecimento ou prejuízo à assistência em saúde, poderá caracterizar inexecução parcial ou total, conforme a gravidade e as circunstâncias do caso, autorizando a adoção das medidas previstas nos arts. 137, 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 1% (um por cento) a 30 % do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 1%(um por cento) a 30%(trinta por cento)do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 1%(um por cento) a 30%(trinta por cento)do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento)do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será objeto de cobrança administrativa e, se necessário, judicial, nos termos do ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no

caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto:

12.5.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.5.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra – ACISPES, nas seguintes dotações:

3.3.90.30.00.1.02.01.10.302.0002.2.0002

3.3.90.30.00.1.02.02.10.302.0002.2.0006

3.3.90.30.00.1.02.03.10.302.0002.2.0010

3.3.90.30.00.1.02.04.10.302.0002.2.0011

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Juiz de Fora para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO APONTAMENTO DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

18.1 O fiscal das contratações decorrentes deste instrumento será *****.

18.2 A gestora das contratações do presente instrumento será *****.

Juiz de Fora, *[dia]* de *[mês]* de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 137/2026**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2026****ANEXO III****MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL EM SAÚDE PÉ DA SERRA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

N.º

A Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra - ACISPES, com sede na Rua Ataliba de Barros, nº 05, São Mateus, Juiz de Fora – MG, CEP nº 36025-275, inscrito no CNPJ sob o nº 01.203.485/0001-83, neste ato representado pela Secretária Executiva, a Sra. Samantha Maria Borchear, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 75/2026, publicada no dia @dataDePublicacaoDiarioOficial, processo administrativo n.º 137/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, neste ato representado(a) por, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta, de acordo com a classificação por ela alcançada e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de gases para uso assistencial e apoio aos procedimentos de saúde da ACISPES, compreendendo oxigênio medicinal, ar comprimido medicinal e nitrogênio comprimido, com fornecimento em m³ e cessão gratuita de cilindros em regime de comodato, quando necessária ao atendimento da demanda, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no Termo de Referência, que integra esta Ata, assim como o Edital, a proposta cujos preços tenham sido registrados e os demais documentos do Processo Administrativo nº 137/2026, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, os quantitativos máximos registrados, o fornecedor e as demais condições da proposta serão os constantes do quadro a seguir, não havendo quantitativo mínimo obrigatório por solicitação:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo de garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços constará como anexo a esta Ata, quando houver fornecedores aptos a integrá-lo, observada a ordem de classificação e as condições do Edital.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra - ACISPES.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A adesão à presente Ata por órgão ou entidade não participante será admitida desde que haja previsão no Edital, seja demonstrada a vantagem da contratação e a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado, e sejam obtidas a prévia anuência da ACISPES, na condição de órgão gerenciador, e a aceitação do fornecedor registrado, sem prejuízo do atendimento prioritário das necessidades da ACISPES, observado o art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação aplicável

4.2. As aquisições ou contratações adicionais realizadas por cada órgão ou entidade não participante não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, nos termos do art. 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

4.3. O quantitativo decorrente do conjunto das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que venham a aderir, nos termos do art. 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.4. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata durante o mesmo período de vigência, nos termos do art. 23 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade desta Ata será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados e formalizada a prorrogação durante a vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

5.1.1. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, a prorrogação alcançará exclusivamente o saldo remanescente dos quantitativos originalmente registrados, vedada a renovação, recomposição ou restabelecimento dos quantitativos consumidos durante o período anterior, observados o art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e as demais condições legais e regulamentares aplicáveis.

5.2. O contrato administrativo decorrente da Ata terá vigência própria, deverá ser formalizado durante a validade do registro e observará a disponibilidade dos créditos orçamentários correspondentes e as demais exigências da Lei nº 14.133/2021.

5.3. As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante contrato administrativo, em razão das obrigações futuras relacionadas ao comodato, à manutenção, à substituição e à retirada dos cilindros. A Ordem de Fornecimento - AF funcionará como instrumento de solicitação da execução contratual e não como substituta do contrato, observado o art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Serão registrados o preço e o quantitativo do adjudicatário e, como anexo, os licitantes que aceitarem cotar os bens com preços iguais aos do adjudicatário e aqueles que mantiverem sua proposta original, respeitada a ordem de classificação.

5.5. Para fins de convocação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão os que mantiverem sua proposta original. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva será realizada quando houver necessidade de contratação de remanescente.

5.6. Se o adjudicatário não assinar a Ata no prazo e nas condições do Edital, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para assinatura em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, sem prejuízo das sanções cabíveis.

5.7. A Ata será assinada eletronicamente, divulgada no PNCP e disponibilizada no sistema adotado pela ACISPES durante toda a sua vigência.

5.8. A existência de preços registrados implica compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme o art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de reajustamento dos preços registrados, deverá ser observada a data-base do orçamento estimado, fixada em 30/09/2026, e aplicado o índice IPCA após o interregno mínimo de 1 (um) ano, sem prejuízo das hipóteses legais de revisão e atualização dos preços registrados.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem

negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto nos itens 5.4 e 5.5.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não celebrar o contrato administrativo quando regularmente convocado pela Administração, sem justificativa aceita, dentro do prazo e das condições estabelecidas no Edital e nesta Ata;

9.1.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos preços praticados no mercado.

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. O fornecedor registrado deverá manter atualizados seus canais de comunicação junto à ACISPES, incluindo e-mail corporativo e contato telefônico, e responder às solicitações da Administração no prazo máximo de 01 (um) dia útil, sem prejuízo do prazo de entrega previsto no Termo de Referência.

11.2. As condições gerais de execução do objeto encontram-se definidas no Termo de Referência, integrante do Edital, especialmente quanto ao fornecimento parcelado e sob demanda, sem pedido mínimo obrigatório, prazo máximo de entrega de 48 (quarenta e oito) horas corridas contado da emissão da Ordem de Fornecimento - AF,

centralização das entregas na sede da ACISPES, cessão dos cilindros em comodato, entrega de cilindros abastecidos, retirada dos vazios, manutenção preventiva e corretiva, transporte seguro, regularidade sanitária, substituição imediata de gases ou cilindros recusados e manutenção de ao menos 01 (um) cilindro reserva abastecido por tipo de gás e capacidade efetivamente em uso, além do cilindro em utilização, conforme dimensionamento do Termo de Referência.

12. DO APONTAMENTO DO FISCAL E GESTOR DO CONTRATO

12.1. O liquidante das contratações decorrentes deste instrumento será
*****.

12.2. O fiscal das contratações decorrentes deste instrumento será
*****.

12.3. A gestora das contratações do presente instrumento será
*****.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Juiz de Fora, **** de ***** de 2026.

Samantha Maria Borcheur

Secretaria Executiva

Assinatura Licitante

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

tem do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	specificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

tem do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	specificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade